



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça
Fórum Nacional do Judiciário para Monitoramento e Resolução das Demandas de Assistência à
Saúde (Res. CNJ n. 107/2010 e Res. CNJ n. 238/2016)
COMITÊ EXECUTIVO DO ESTADO DE SANTA CATARINA - COMESC

Memória de Reunião

06 de Novembro de 2017, 9h

DADOS

Grupo de trabalho	Comitê Estadual de Monitoramento e Resolução das Demandas de Assistência da Saúde – COMESC – Criado pela Resolução 106 do CNJ	
Local	Sala de Reuniões Conselheiro Osvaldo de Oliveira Maciel do Conselho Estadual de Saúde, localizado na Rua Esteves Júnior, nº 160, Centro, Florianópolis-SC, na SES - Secretaria Estadual de Saúde (8º andar).	
Coordenador	Juiz federal Clenio Jair Schulze	clenio.schulze@trf4.jus.br

PARTICIPANTES

Nome*	Entidade*	E-mail*
Clenio Jair Schulze	JFSC	Clenio.schulze@trf4.jus.br
Cláudio R. Figueiredo e Silva	TJSC	Cerf7996@tjsc.jus.br
Cláudio Valentim Cristani	MPF	cristani@mpf.mp.br
Gisele Medeiros de Souza	MPSC	cdh@mpsc.mp.br
Raquel Kuerten de Salles	HU/UFSC	Raquel.k@ufsc.br
Sabrina da Silva de Souza	SMS	enfermeirasabrina@gmail.com
Luciane Anita Savi	COSEMS/SC	Luciane.cosemssc@gmail.com
Paulo de Tarso Freitas	CREMESC	Ptfreitas@yahoo.com.br
Janine Siqueira	Cojur/SES	Janine@saude.sc.gov.br
Darlan de Carvalho Junior	AGU	Darlan1984@gmail.com
Karina Cristina Hoffmann	Unidas SC	Karina.cristina@postalsaude.com.br
Jéssica Rabento	Unimed SC	jessicar@unimedsc.com.br
Haroldo Luz	Unimed SC	haroldoluz@gmail.com
Márcia Roberta Graciosa	TCE/SC	marciagraciosa@tce.sc.gov.br
Otávio Augusto	COSEMS/SC	Otavio.consemssc@gmail.com
Flávia D. Araújo	PGE/SC	Flavia@pge.sc.gov.br
Marina R Mattozo Rover	UFSC	marinarover@yahoo.com.br
Neila Nadia Martins	PMS/SC	Nnadia_13@yahoo.com.br
Clóvis Renato Squio	SEF/SC	csquio@sef.sc.gov.br
Tânia Mara Fodi	SEMSA/Jguá do Sul	tania.fodi@gmail.com
Luiz Fernando S.P. Gonçalves	SEMSA/Jguá do Sul	Id7844@jaraguadosul.gov.br
Patrícia Budni	NATJUS/SC	budnip@gmail.com

DELIBERAÇÕES

Item	Descrição
1	Justificaram ausência: Caroline Cabral Zonta, Dayana Luz e Janice Merigo.
2	Foi aprovada, por unanimidade, a ata da reunião de Outubro de 2017.
3	<p><i>a) Apresentação da situação financeira do SUS em SC; repassas da SEF/SC aos Municípios e à Secretaria Estadual de Saúde; apresentação de diagnóstico (Auditor Clóvis Squio);</i></p> <p>Foi conferida a palavra ao Auditor Clovis, que apresentou os dados orçamentários de SC. Não tratou da distribuição orçamentária entre os entes federativos.</p>



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça
Fórum Nacional do Judiciário para Monitoramento e Resolução das Demandas de Assistência à
Saúde (Res. CNJ n. 107/2010 e Res. CNJ n. 238/2016)
COMITÊ EXECUTIVO DO ESTADO DE SANTA CATARINA - COMESC

	<p>Trouxe o histórico entre os anos de 2010 e 2016. Assentou que em 2016 a arrecadação foi menor do que 2013, atualizada pela inflação. Em 2015 e 2016 o Estado de SC aplicou aproximadamente 12% em saúde. Em 2017, já foi cumprido 12,79%, até agosto/2017.</p> <p>Destacou alguns desafios:</p> <ul style="list-style-type: none">a) judicialização da saúde ultrapassa 220 milhões de reais em 2016;b) tabela do SUS defasada;c) migração de mais de 25 mil usuários de planos particulares para a rede pública. <p>Apresentou a sistemática de funcionamento do ciclo orçamentário. Neusa Ivete Müller, Superintendente da Gestão Administrativa da SES/SC também fez considerações.</p> <p>Sobre a judicialização da saúde existe uma dotação orçamentária própria para cumprimento das decisões judiciais.</p> <p>Superintendente Neusa comentou que há previsão de cumprimento da nova determinação da Constituição de Santa Catarina, que aumenta em 13%, 14% e 15% o orçamento da saúde para os anos de 2017, 2018 e 2019, respectivamente.</p> <p>Juiz Cláudio destacou que a principal questão é queda na arrecadação.</p> <p>Consultora Janine mencionou que a SES/SC encaminhou resposta ao Governador sobre a Recomendação da MPSC - que ensejou a moção de apoio aprovada no COMESC em Outubro/2017.</p> <p>Ao final, Auditor Clovis respondeu os questionamentos dos demais integrantes do COMESC.</p> <p>Farmacêutica Luciane e Advogado Otávio destacaram as dificuldades enfrentadas pelos Municípios em relação à questão orçamentária e repasse de valores, concluindo que são os entes mais prejudicados, atualmente, pois ficam sobrecarregados com a maior demanda sobre saúde pública.</p>
4	<p><i>b – Análise dos documentos sobre fraudes em OPMEs, para encaminhamento ao MPF ou ao MPSC (Consultora Andrea Bergamini);</i> Adiado para reunião de dezembro.</p> <p><i>c) Retirada de medicamentos do mercado (análise de enunciado</i></p>



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça
Fórum Nacional do Judiciário para Monitoramento e Resolução das Demandas de Assistência à
Saúde (Res. CNJ n. 107/2010 e Res. CNJ n. 238/2016)
COMITÊ EXECUTIVO DO ESTADO DE SANTA CATARINA - COMESC

	<p>– Advogada Letícia Simon) Adiado para reunião de dezembro.</p> <p>d) Análise de Recomendação do COMESC para fixação de contracautelas nas decisões judiciais; Adiado para reunião de dezembro.</p> <p>e) Responsabilidade solidária na judicialização da saúde – atuação da União (Procuradora Flávia). Adiado para reunião de dezembro.</p>
5	<p>INFORMAÇÕES:</p> <p>1) Foi realizada Audiência pública sobre judicialização da saúde na ALESC no dia 24/10/2017. Juiz Cláudio Régis fez considerações sobre a audiência, destacando a participação dos integrantes do COMESC. Mencionou que o Chefe Estadual do Ministério da Saúde, Rogério Mendes Ribeiro, manifestou interesse em participar das reuniões do COMESC. Sugeriu encaminhamento de ofício, convidando para participar das reuniões, o que foi aprovado por unanimidade. Juiz Clenio enviará ofício.</p> <p>2) Professora Raquel, do HU da UFSC: informou as dificuldades enfrentadas atualmente no Hospital Universitário, principalmente em razão da redução do número de pessoal e da alta demanda.</p> <p>3) Sistema SCodes: Consultora Janine informou tratar-se de um sistema que permite o acompanhamento dos pacientes que recebem tratamento/medicamentos na via judicial. Vai auxiliar no combate a fraudes, duplicidade de ações judiciais, etc. Anotou que a SES/SC está se adaptando para adotar o sistema com finalidade de qualificar o acompanhamento da saúde. Informou que a adoção poderá demorar alguns meses, pois exige o cadastramento de todos os pacientes. Trará as informações nas próximas reuniões do COMESC, especialmente para verificar se os Municípios também poderão ter acesso ou comunicação.</p>

NOTAS FINAIS

1 - A próxima reunião ocorrerá em **04 de Dezembro de 2017, 9h, na Sala de Reuniões Conselheiro Osvaldo de Oliveira Maciel do Conselho Estadual de Saúde, localizado na Rua Esteves Júnior, nº 160, Centro, Florianópolis-SC, na SES - Secretaria Estadual de Saúde (8º andar), com a seguinte pauta provisória:**

a – Análise dos documentos sobre fraudes em OPMEs, para encaminhamento ao MPF ou ao



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça
Fórum Nacional do Judiciário para Monitoramento e Resolução das Demandas de Assistência à
Saúde (Res. CNJ n. 107/2010 e Res. CNJ n. 238/2016)
COMITÊ EXECUTIVO DO ESTADO DE SANTA CATARINA - COMESC

MPSC (Consultora Andrea Bergamini);

b) Retirada de medicamentos do mercado (análise de enunciado – Advogada Letícia Simon)

c) Análise de Recomendação do COMESC para fixação de contracautelas nas decisões judiciais;

d) Responsabilidade solidária na judicialização da saúde – atuação da União (Procuradora Flávia).

Outras sugestões de pauta podem ser encaminhadas para clenio.schulze@trf4.jus.br

Local e data	Florianópolis, 06 de Novembro de 2017
---------------------	---------------------------------------